

A CONSTRUÇÃO DE UM CANÔNE REPUBLICANO: A ESCRITA DA HISTÓRIA ESCOLAR NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

MARCELO DE SOUZA MAGALHÃES*

Não passei além da proclamação da república (1889); os sucessos são ainda do dia de hoje e seria prematuro julgá-los em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história.

A epígrafe consiste no último parágrafo da Introdução do livro *História do Brasil, Curso Superior*, escrito por João Ribeiro e publicado, pela primeira vez, em 1900. No mesmo ano, outras duas versões da obra foram lançadas, *História do Brasil* para os cursos primário e médio. As últimas destinadas aos dois segmentos das escolas primárias e a primeira aos ginásios e escolas normais. A recepção da versão para o *Curso Superior* foi um sucesso, ultrapassando o público escolar. Nas palavras de Patrícia Hansen,

A recepção entusiasmada do livro entre a elite intelectual acabaria por promover a inclusão de João Ribeiro, por vários autores, no rol de nossos grandes historiadores, e sua consagração se daria pelas várias apropriações de seu texto, citado nas obras de alguns dos maiores intérpretes da sociedade brasileira como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. (HANSEN, 2000:9)

Professor, jornalista, historiador, crítico e filólogo, à época da publicação de seus livros, João Ribeiro pertencia aos quadros do Ginásio Nacional (1891) – ocupando a cadeira de História da Civilização e História do Brasil e, posteriormente, de História Universal – e da Academia Brasileira de Letras (ABL), substituindo Luiz Guimarães Jr., falecido em 1898. Em 1915, entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo sido recebido pelo discurso de Ramiz Galvão, que lamentava a sua presença tardia nos quadros da instituição.

* Professor do Departamento de História da Unirio e Doutor em História pela UFF. Financiado pela FAPERJ.

Ribeiro passou a pertencer aos quadros do IHGB devido, em grande parte, ao significativo sucesso da versão *Curso Superior* de seu manual escolar de História. A edição era composta por tipos diferentes (maior ou menor, com ou sem recuo). Tipos que sinalizam os leitores a que se destinava o livro, ou seja, aos alunos e aos professores. Na verdade, pode-se dizer que são dois livros em um, apresentados de forma indissociável. Na parte destinada aos professores “estavam as explicações, as ‘causas’ ou ‘princípios gerais’ de fenômenos históricos, e também questões relacionadas à crítica histórica”. (HANSEN, 2000:58) A parte destinada aos alunos possuía a descrição dos “fatos”.

O autor, ao longo de sua carreira no Ginásio Nacional, escreveu diversos livros escolares de História: *História Antiga* (1892); *História do Brasil, Curso Primário* (1900); *História do Brasil, Curso Médio* (1900); *História do Brasil, Curso Superior* (1900); *História Universal* (1918) e *História da Civilização* (1932). Além desses livros, publicou gramáticas da língua portuguesa. Os seus escritos, em grande parte, foram publicados por Francisco Alves, editor que, à época, praticamente monopolizou o mercado editorial de livros escolares.

A introdução de que foi extraída a epígrafe, intitulada *Do Auctor*, deixa claro que *História do Brasil, Curso Superior* não se tratava de mais um livro sobre o tema, as pretensões do autor eram maiores. João Ribeiro claramente optou por apresentar o manual escolar por meio de uma discussão historiográfica, explicitando o lugar do livro dentre os demais produzidos sobre a história do Brasil, para fins escolares. Vejamos como Ribeiro atribuiu a si um lugar de destaque na escrita da história:

Do sentido em que se deve tratar a história interna, von Martius deu apenas indicações vagas e inexatas, mas caracterizou a multiplicidade de origens e de pontos de iniciação no vasto território; sem embargo da contestação de alguma crítica menos bem informada, fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. (RIBEIRO, 1920:23),(grifos meus)

Extraído da 9ª edição do livro, publicada em 1920, o trecho acima não estava presente na 1ª edição, de 1900.¹ “O primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese” são palavras de um autor que possui uma obra que passou por um processo de consagração no que tange a escrita da história do Brasil. Apesar de ser um homem de letras consagrado quando da 1ª edição, imortal e professor do Ginásio Nacional, o trecho da edição de 1920 sinaliza um outro tipo de consagração, a de uma obra. Mais uma vez, *História do Brasil, Curso Superior*, foi um dos fatores que permitiu a entrada de João Ribeiro no IHGB, em 1915.

Ao lembrar Carl Friedrich Philipp von Martius, vencedor do concurso promovido pelo IHGB em 1844, acerca de como se deve escrever a história do Brasil, o trecho permite traçar um paralelo entre dois iniciadores de tradição historiográfica, ambos, de alguma forma, preocupados com a escrita de uma história interna.²

A introdução, em grande parte, se manteve a mesma da 1ª edição, excetuando inserções em que, tal qual o trecho citado, o autor frisa o grau de inovação contido na obra. Desde 1900, João Ribeiro sinaliza para o fato de que os livros de história não se preocupavam com o Brasil interno, construindo narrativas focadas nos “movimentos da administração e [nos movimentos] da represália e da ambição estrangeira”. Isto é, construção de uma história muito baseada na administração e nas batalhas, com o foco no elemento externo, estrangeiro. Não é a toa que, segundo Ribeiro, tal escrita da história privilegiava processos como a invasão holandesa e o domínio espanhol. Como contraponto, entender a história do Brasil exigia uma virada para o interno, para “suas feições e fisionomia própria”. Em suas palavras, “o Brasil, o que ele é, deriva do *colono*, do *jesuíta* e do *mameluco*, da ação dos *índios* e dos *escravos negros*”. (RIBEIRO, 1920:21)

A forma como o autor optou por apresentar o livro foi fundamentada na crítica da produção didática anterior. Voltar-se para a história interna permitiu criticar o fato da excessiva presença da ação dos governos e da administração na narrativa dos livros didáticos de história do Brasil. Presença que, para Ribeiro, tornava difícil entender os elementos que “entraram na composição do Brasil”. Ao criticar a história externa – da

¹ O trecho citado estava presente desde a 3ª edição, de 1908. O que aponta, mais uma vez, para a consagração quase que imediata do livro *História do Brasil, Curso Superior*.

² Sobre Martius, ver: GUIMARÃES, 1988:5-27; KODAMA, 1998:9-65.

administração, da ocupação territorial e das batalhas –, o autor certamente estava se contrapondo a história produzida sob a inspiração da obra *História Geral do Brasil* (1854-1856), escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen. A obra de Varnhagen serviu de base para a escrita do manual escolar de Joaquim Manuel de Macedo, intitulado *Lições de História do Brasil*, adotado durante anos no Imperial Colégio de Pedro II, em que o seu autor atuava como professor.³ A presença de Varnhagen na história ensinada no colégio era tão forte que Capistrano de Abreu, ao entrar para a instituição, declarou ser preciso quebrar os quadros de ferro que aprisionavam a história do Brasil. (ABREU, 1977:130) Talvez, em parte, o livro de João Ribeiro tenha desempenhado o papel proposto por Abreu.

Retornando à epígrafe, ela nada mais é do que um interdito. Ribeiro termina a introdução do livro *História do Brasil, Curso Superior* afirmando não poder tratar da República: “não passei além da proclamação da república”. O motivo alegado para não ir além foi o da proximidade temporal em relação aos acontecimentos: “os sucessos são ainda do dia de hoje”. Proximidade que impediria “julgá-los em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história”.

O historiador é apresentado como um juiz, o que lhe obriga, como dever de ofício, assumir uma atitude de imparcialidade. O par imparcialidade/objetividade, na historiografia do século XIX, aponta para a existência da necessidade de um certo distanciamento temporal entre o objeto a ser estudado e o pesquisador/historiador. Logo, o período republicano, instaurado há pouco mais de uma década, quando da 1ª edição do livro, era entendido pelo autor como tema interditado.

A partir da produção de história do Brasil escolar feita por João Ribeiro, o texto tem por objetivo compreender os significados atribuídos ao presente na escrita da história do final do século XIX e início do XX.

A República que os livros didáticos contam

As capas dos livros didáticos de História do Brasil, do final do século XIX e início do XX, eram ricas em informações sobre os autores e as obras. Sobre os autores, quase sempre havia uma pequena nota biográfica que os qualificava, como: João

³ Ver MATTOS, 2000.

Ribeiro, “Da Academia Brasileira”; Alfredo Balthazar da Silveira, “Professor da Escola Normal”; Pedro do Coutto, “Do Colégio Pedro II”; Joaquim Maria de Lacerda, “Membro da Arcádia Romana”; Osório Duque-Estrada, “Da Academia Brasileira; professor da Escola Normal; inspetor federal do Liceu de Humanidades de Campos; membro honorário da Sociedade Acadêmica de História Internacional, de Paris; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco; do Instituto Histórico do Ceará, etc.”. Registrar a experiência docente e o pertencimento a academias literárias ou científicas era algo necessário para referendar a obra e o autor, conferindo-lhes autoridade por meio do vínculo com determinados lugares de produção e consagração.

Sobre a organização das obras – escolha dos conteúdos e forma de abordá-los –, por vezes, havia o indicativo de seguir os programas oficiais de ensino e, outras vezes, ser adotada por alguma instituição de ensino e/ou municipalidade. O livro *Epítome da História do Brasil*, de Alfredo Moreira Pinto, indica na capa da 3ª edição, de 1892, “Escrito de acordo com o programa oficial”; *História do Brasil, Curso Superior*, de João Ribeiro, indica na capa da 9ª edição, de 1920, “Adotado no Colégio Pedro II”; por fim, *Noções de História do Brasil*, de Osório Duque-Estrada, indica na capa da 7ª edição, de 1930, “Obra oficialmente adotada nas escolas primárias do Distrito Federal”. A relação entre o livro didático e os programas oficiais de ensino era muito estreita. Os programas nada mais eram do que uma listagem dos conteúdos a serem ensinados nas escolas. Os livros para serem adotados e obterem sucesso como literatura didática precisavam seguir os conteúdos estabelecidos nos programas. Além disso, trazer na capa a informação de que o livro era adotado por uma instituição de ensino de renome, como o Colégio Pedro II, ou por uma municipalidade, como a do Distrito Federal, era indicativo de uma obra de boa qualidade.

Sobre as edições, os livros traziam estampado nas capas o número da edição e, também, a informação de ter sido revisado ou atualizado, como: *História do Brasil – Curso Superior*, de João Ribeiro, de 1920, informa que a 9ª edição foi “revista e melhorada”; *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo, informa ser a “Edição revista e atualizada de 1914 até 1922 pelo professor Rocha Pombo”. A historiadora Circe Bittencourt costuma lembrar o quanto à literatura didática possui uma certa efemeridade, que provoca um constante processo de revisão e atualização, devido,

entre outras coisas, a mudança nos programas oficiais de ensino. Por isso, talvez, a impressão de ser um livro aberto, ou seja, aberto no sentido de sujeito a ampliações e modificações de conteúdo.

Ao mesmo tempo, François Furet lembra uma outra faceta dos livros didáticos e programas oficiais, o da permanência ao longo do tempo, para além das mudanças historiográficas. Apesar das afirmações de Bittencourt e Furet parecerem contraditórias, pode-se pensá-las de forma complementar, o que torna ainda mais complexo o estudo da literatura didática escolar. Isto é, o livro pode ser, ao mesmo tempo, efêmero, por ter que, de alguma forma, passar por uma atualização constante dos conteúdos, incorporando o tempo presente, próximo as experiências vividas pelos alunos, e permanente, por ter ligação direta com uma cultura escolar que se perpetua por longo tempo.

A República em *História do Brasil, Curso Superior*

Inicialmente, o tratamento que o autor dispensou ao tema da República será perseguido em três edições do livro *História do Brasil, Curso Superior*, são elas: a 2ª edição, de 1901; a 9ª edição, de 1920; a 15ª edição, de 1954. O objetivo é perceber as transformações ocorridas no texto ao longo do tempo.

A 2ª edição foi publicada pela Livraria Francisco Alves, tendo sido a edição anterior publicada pela Livraria Cruz Coutinho, em 1900, no ano em que se comemorou o Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil.

Composta por 399 páginas, a 2ª edição apresenta um pequeno formato, de 12 cm de largura por 17 cm de altura. Além dos capítulos, o livro é acompanhado de um prólogo de Tristão de Alencar Araripe Júnior, intitulado “João Ribeiro. Filólogo e historiador”; da introdução escrita para a 1ª edição, intitulada “Do Auctor”; de uma sinopse cronológica e de uma bibliografia. Diferentemente da edição dedicada às escolas primárias, a edição *História do Brasil, Curso Superior* não apresenta qualquer imagem.

Ribeiro organiza o livro em nove partes, sendo estas divididas em vários capítulos. O índice geral é composto pelas seguintes partes: I. *O descobrimento*, 11 capítulos; II. *Tentativa de unidade e organização da defesa*, 6 capítulos; III. *Luta pelo*

comércio livre contra o monopólio, 11 capítulos; IV. *A formação do Brasil*. A) *A história comum*, 14 capítulos; V. *A formação do Brasil*. B) *A história local*, 2 capítulos; VI. *Definição territorial do país*, 2 capítulos; VII. *O Espírito de autonomia*, 4 capítulos; VIII. *O Absolutismo e a revolução – República e constituição*, 4 capítulos; IX. *O Império. Progressos da democracia*, 8 capítulos. Ao todo, são 62 capítulos.

Tanto pelo título geral, como pelos das partes que o compõe, percebe-se o grau de inovação presente no livro, reconhecido por Ribeiro em sua própria introdução. Ao optar pelo título de *História do Brasil*, o autor, de alguma maneira, diferenciou-se dos dois manuais didáticos adotados no Colégio Pedro II que o antecederam, ambos intitulados *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo e Luiz de Queiroz Mattoso Maia. Nas palavras de Hansen,

o conteúdo naqueles manuais era distribuído em “lições” que possuíam diferente extensão em números de páginas de acordo com o papel e o valor atribuído por seus autores aos acontecimentos dos quais tratavam. Privilegiavam os temas políticos e administrativos, e eram ordenadas linearmente, consagrando uma cronologia que elegia certos “fatos” e condenava outros ao esquecimento em função do sentido que era dado pelo Império do Brasil. (HANSEN, 2000:68)

O fato do livro de Ribeiro não se organizar em “lições”, mas sim em divisões e subdivisões, que estou chamando de partes e capítulos, já aponta para uma diferenciação em relação aos anteriores, “os títulos, a ordenação e a extensão das partes imprimem uma qualidade e um sentido aos capítulos”. Apesar de alguns capítulos se aproximarem das antigas lições, Hansen lembra que, no conjunto, “invariavelmente ganhavam um sentido próprio”.

Numa breve análise do índice, logo chama atenção as partes IV e V, ambas intituladas de “A formação do Brasil”, com subtítulos diferentes: “A história comum” e “A história local”, respectivamente. Hansen alerta para o fato de tais partes ocuparem 128 das 399 páginas do livro, quase um terço do total. Para além da extensão, a autora afirma que “quando se chega à ‘Formação do Brasil’ tem-se a impressão de estar começando outro texto”. Tal diferenciação permite a Hansen considerar as duas partes

“como um ‘texto’ dentro de outro; o ‘texto’ que João Ribeiro verdadeiramente quis escrever”.

No livro de João Ribeiro, a República aparece no oitavo capítulo da última parte, intitulada, mais uma vez, “O Império. Progressos da democracia”. Antes dela, sete capítulos: “A Independência”; “A Constituinte”; “A abdicação”; “Sete de abril. Evaristo da Veiga”; “A regência”; “O segundo reinado”; e, por fim, “A guerra do Paraguai”. A instauração do novo regime é tratada junto com o tema da emancipação dos escravos, sendo o capítulo intitulado “A abolição e a república”. Na verdade, o capítulo trata quase que exclusivamente do processo que terminou na abolição da escravidão no Brasil.

Só como um exemplo do peso do processo de emancipação no interior do último capítulo do livro, considero importante lembrar uma característica da diagramação presente na edição *Historia do Brasil. Adaptada ao ensino primario e secundario por João Ribeiro*, publicada em 1900, pela Livraria Cruz Coutinho. Como recurso de diagramação, as páginas do livro traziam no cabeçalho referência aos títulos dos capítulos. No caso do oitavo capítulo, cujo teor do texto era idêntico ao da 2ª edição do *Curso Superior*, o cabeçalho se referia apenas à abolição e não à república.

Com o foco na abolição, o capítulo inicia afirmando que D. Pedro II sempre pregou para seus ministros a necessidade de tomar medidas que visassem emancipar os escravos. A política adotada pelo imperador foi a de emancipação gradual, exemplificada pela Lei do Ventre Livre, de 1871. Lei que acabaria com o tempo a escravidão. Porém, Ribeiro lembra que, apesar da lei de 1871, “exaltados” continuaram com a campanha pela abolição, por meio da criação de partidos abolicionistas. Tal campanha surtiu efeito em 1888, quando a princesa Isabel aboliu a escravidão no Brasil. Para o autor, tal ação colaborou para a queda do regime monárquico, pois os senhores de terra que apoiavam o regime ficaram descontentes. Com isso, muitos passaram para o partido republicano e outros ficaram indiferentes aos ataques das instituições monárquicas. Junto com os senhores descontentes, membros do exército e a imprensa republicana, de acordo com Ribeiro, aprofundaram a crise política e derrubaram o regime.

No capítulo, o autor dedica apenas quatro parágrafos ao regime que se instaurava:

A República, era já [...] uma aspiração antiga do povo genuinamente nacional. Ao passo que a monarquia era uma transação e o triunfo moral da conciliação entre portugueses e brasileiros, a república, que seria o triunfo exclusivo dos nativistas, já no segundo reinado podia ser uma aspiração política universal, menos partidária e sem a eiva que caracterizava, em tempos passados, os seus primórdios. A monarquia havia feito baquear o regime colonial e contribuíra assim para dissipar o velho e estreito antagonismo.

Entretanto ainda os eixos amortecidos da mesquinha tradição, uma ou outra vez se avigoraram aos primeiros passos do novo regime, mas baldou-os o desprezo da opinião.

Toda a América era republicana e a exceção que era a monarquia não se justificava por nenhuma excelência.

Na sua história mais recente, a aspiração democrática renasce com a fundação do Clube Republicano e a criação do órgão A República (1871), onde se reúnem vários elementos liberais da política monárquica. A abolição (1888) é o último golpe. Não fossem, porém, as origens militares da república, a paz do primeiro momento seria talvez perturbada, mas seria incomparavelmente maior e mais sólida a simpatia imediata da opinião.
(RIBEIRO, 1901:386) (grifos meus)

Na 9ª edição do *Curso Superior*, de 1920, o trecho acima grifado foi substituído por uma assertiva mais vigorosa acerca do advento da República. Nas palavras de Ribeiro, “a abolição (1888) deu-lhe extraordinário vigor e foi o último golpe. A República é a forma política definitiva”. No livro o tema da República aparece inserido no processo que levou ao fim o império. Logo, não é ao acaso que os parágrafos finais da última parte do livro, intitulada, mais uma vez, “O Império. Progressos da democracia”, foram dedicados ao novo regime. Ribeiro claramente associou república à democracia. Por isso, a monarquia era vista, por vezes, como um interregno. Como fez questão de lembrar o autor, “a América era republicana e a exceção que era a monarquia não se justificava por nenhuma excelência”. A trajetória da república no Brasil foi a de deixar de ser uma bandeira apenas nativista para passar a ser compartilhada por todos, “uma aspiração política universal”.

Para dar um exemplo do caráter de obra aberta, no sentido de sujeita a incorporação de novos conteúdos, cito a 15ª edição do livro, “revista e completada por

Joaquim Ribeiro”, em 1954. Nesta edição, publicada pela Livraria São José, o interdito a República foi superado, cabendo ao filho de João Ribeiro, completar, acrescentando o tempo presente, a obra do pai. Embora tal feito tenha sido realizado de forma sóbria, conforme as palavras do filho: “A pedido da casa editora, completei a *História* até o presente, observando a sobriedade com que João Ribeiro trata os sucessos da história republicana”.

No plano geral da obra, a abolição e a república encontram-se separadas, sendo a primeira o fecho da parte intitulada “O Império. Progresso da democracia”, existente desde a primeira edição. Em seguida, criou-se uma nova parte, intitulada “A República (1889-1953”, acrescida de cinco capítulos: 1. “A República e a Constituinte. Deodoro da Fonseca”; 2. “Os presidentes da República”; 3. “Período Constitucional de 1934 a 1937”; 4. “O Estado Novo (1937-1945)”; 5. “Período Constitucional de 1946 até o presente”.

A República em História do Brasil. Edição das escolas primárias

Se em *História do Brasil, Curso Superior*, João Ribeiro impôs um interdito sobre a República, o mesmo não aconteceu em seu livro dedicado ao ensino primário. O presente passou a ser, de alguma forma, enfrentado. Vejamos como o livro didático voltado para as escolas primárias, tratou do tema.

História do Brasil. Edição das escolas primárias, publicado pela Livraria Francisco Alves em 1900, em 2ª edição, possui, em suas primeiras páginas, uma breve *Advertência*, em que João Ribeiro explica o fato de separar em duas edições seu livro original, uma voltada para a infância e outra para os cursos superiores, dentre estas escolas secundária e normal. O autor atribui ao “conselho de vários professores” a decisão pela separação das edições. Coube ao livro voltado para as escolas primárias, sem grandes modificações, o texto apresentado em tipo de maior corpo na 1ª edição. O autor afirma apenas ter corrigido erros de impressão e acrescentado algumas pequenas informações. Apesar de ser dedicado à infância, o autor afirma não ter feito uso de uma linguagem infantil, procurou apenas ser claro, sem “afetação pedagógica”.

O livro é composto por 23 capítulos, uma introdução e uma cronologia. Os últimos três capítulos são dedicados ao período do Segundo Reinado: “XXI. Tempos do

segundo Imperador (D. Pedro II)”, “XXII. A guerra do Paraguai” e “XXIII. A república”. Destes capítulos, coube ao dedicado à guerra do Paraguai o maior número de páginas, nove; restando duas páginas para o capítulo anterior e duas para o dedicado à república.

Além do texto, o livro possui o total de 16 gravuras, sendo quatro dedicadas ao período do Segundo Reinado: D. Pedro II, gravura de nº 12; Duque de Caxias, gravura de nº 13; General Osório, gravura de nº 14; Marechal Deodoro da Fonseca, gravura de nº 15. Junto com tais personagens, aparecem outros estampados no livro, dentre eles: Pedro Álvares Cabral, Maurício de Nassau, Henrique Dias, Padre Antonio Vieira, José Bonifácio e D. Pedro I.

O autor, na legenda da gravura de Deodoro da Fonseca, atribuiu-lhe o epíteto de “fundador da República”. É digno de nota que o Marechal Deodoro foi o único personagem do período republicano estampado no livro, o que sinaliza para o fato de que o limite para lidar com o tempo presente, no caso do livro de Ribeiro, foi o da instauração da República. Mesmo assim, apesar de vários personagens envolvidos nesse processo, o único que recebeu o status de aparecer em imagem foi o seu “fundador”.

Na Cronologia, que possui 53 referências a acontecimentos, nos interessa ressaltar as últimas treze, todas relacionadas ao Segundo Reinado em diante: 1840 – “Maioridade de D. Pedro II”; 1851 – “Guerra de Rosas”; 1865 – “Guerra do Paraguai (1865-1870)”; 1871 – “Lei de 28 de setembro (V. do Rio Branco)”; 1888 – “13 de maio. A abolição”; 1889 – “É proclamada a República (15 de novembro)”; 1890 – “Congresso constituinte”; 1891 – “Constituição republicana (24 de fevereiro). Eleição do general Deodoro da Fonseca. Dissolução do Congresso (golpe de estado, 3 de novembro), revolta da armada e renúncia do Marechal Deodoro (23 de novembro). Governo do Vice-presidente Floriano Peixoto”; 1892 – “Atos de 11 de abril (deportação de generais)”; 1895 – “6 de setembro. Revolta da armada”; 1894 – “Rendição dos revoltosos no Rio (13 de março)”; 1894 – “15 de novembro. Governo do Dr. Prudente de Moraes, primeiro presidente civil (1894-98)”; 1898 – “15 de novembro. Governo do presidente Dr. Campos Salles”. Os acontecimentos lembrados na cronologia são todos relacionados a guerras, a golpes, a revoltas e a governos. No caso da República, além da instauração do regime, movimento intitulado de proclamação; existe sua

institucionalização, via constituinte e constituição; os governos, lembrando as eleições e os mandatos presidenciais; e as batalhas, fazendo referência a Revolta da Armada.

Além das gravuras e cronologia, o livro possui também quadros sinópticos, que auxiliam na sistematização do conteúdo. A República aparece como terceiro item da sinopse geral do Segundo Reinado.

- Desenvolvimento das idéias democráticas (a abolição, o partido e imprensa republicana, e nenhum apoio do 3º reinado nas classes conservadoras).

- A questão militar. Revolução de 15 de Novembro de 1889. Os presidentes da república: Marechal Deodoro, marechal Floriano, Dr. Prudente de Moraes e Dr. Campos Salles. (RIBEIRO, 1900:116)

Pelo quadro sinóptico e o capítulo sobre a república é possível perceber a linha de interpretação apresentada por Ribeiro. A República é entendida como fruto do desenvolvimento das idéias democráticas. Logo, o regime monárquico, com tal desenvolvimento, não tinha alternativa, estava fadado a acabar, como aconteceu. A monarquia se enfraqueceu devido a múltiplos fatores: a abolição; o movimento republicano – o partido e a imprensa –; a rejeição a um 3º reinado. Fora isso, os atritos entre governo e militares – do Exército e da Armada – terminaram promovendo a derrubada da monarquia e a instauração da república, intitulada, pelo autor, de “revolução”.

Na verdade, o capítulo sobre a República trata do fim do Império, ou seja, termina no momento da proclamação. O que é acrescentado a mais fica circunscrito à citação dos governos presidenciais até o de Campos Salles, presidente da República em 1900, quando da publicação do livro. Além disso, o fim da escravidão é tratado dentro do capítulo da República, já que é visto como um dos fatores que possibilitaram o desenvolvimento das idéias democráticas. No capítulo, de alguma forma, é possível perceber o elenco de fatores que futuramente a historiografia terminou por consolidar como meio de explicação para o surgimento do regime republicano.

Ribeiro inicia o capítulo afirmando que o fim da Guerra do Paraguai promoveu a “expansão da riqueza pública” e “avivou o sentimento democrático”. Em seguida cita a lei do ventre livre, o fundo de emancipação do cativo e a propaganda abolicionista como peças fundamentais para o fim da escravidão. Afirma que apesar da monarquia ter

ganhado a glória com a abolição da escravidão, perdeu suas bases de apoio institucional, ou seja, os senhores de escravos, membros da aristocracia. Somada à abolição, a propaganda republicana, o medo de um 3º reinado e o conflito entre governo e militares promoveram a proclamação do novo regime, sem resistência. A relação entre república e espírito democrático permitiu a Ribeiro construir uma História do Brasil em que a instauração do novo regime foi entendida como revolucionária.

Presente: três sentidos para a palavra

O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho.

Hoje elevamos estátuas a Tiradentes, porque o nosso ideal de agora determinou esse culto. A fuga de d. João VI traduzia-se há pouco pelo eufemismo da transmigração, como se lia nos compêndios. [...] E assim, o presente modela e esculpi o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com as suas vaidades ou a filosofia a hipótese do mundo antigo.

A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da atualidade. (RIBEIRO, 1916:617)

Como parte do discurso de posse de João Ribeiro no IHGB, proferido em 10 de abril de 1915, o trecho acima citado apresenta um novo sentido para a palavra presente e fecha o movimento desenvolvido ao longo do texto. Ao analisar os livros sobre história do Brasil escritos por Ribeiro – *História do Brasil, Curso Superior* e *História do Brasil. Edição das escolas primárias* – e o seu discurso de entrada no IHGB, é possível perceber três sentidos para a palavra presente. O primeiro diz respeito ao interdito clássico sobre o presente feito por parte da historiografia produzida no século XIX, compartilhada, especialmente, pela história metódica. Interdito que, como pudemos averiguar, se fez presente no último parágrafo da introdução escrita, pelo autor, para o livro *História do Brasil, Curso Superior*. Logo, o tema da República não poderia ser tratado pelo fato de estar próximo do autor, ou melhor, pelo fato de ter vivenciado os acontecimentos. No caso, a escrita da história precisa estar dissociada das paixões, do olhar comprometido com o calor da hora. De alguma maneira, por essa visão, para escrever história era preciso se afastar temporalmente do objeto pesquisado.

O segundo sentido diz respeito ao presente enfrentado na literatura escolar de história. Mesmo com o interdito presente na introdução e o privilegiar da abolição, a República, de alguma maneira, recebeu tratamento no livro *História do Brasil, Curso Superior*. Tratamento que foi ampliado ao longo das edições, até o momento em que adquiriu uma parte exclusiva redigida por seu filho Joaquim Ribeiro. Em se tratando da *Edição das escolas primárias*, João Ribeiro foi mais longe ao abordar o tema da República, apresentando o processo que terminou por colapsar o regime monárquico e fazendo, mesmo que de forma muito breve, quase telegráfica, referência aos governos presidenciais até Campos Salles. De alguma forma, conclui-se que, no caso da literatura didática, chegar próximo à vivência dos alunos era necessário, algo que estava presente nos programas oficiais, o que permite tornar relativo o interdito do presente.

Por fim, resta o sentido que o discurso de posse comporta. Ribeiro claramente defendeu o ponto de que o conhecimento da história se constrói a partir das questões do presente. Isto é, o historiador interroga e compreende o passado a partir dos problemas da contemporaneidade. Logo, pode-se concluir que se, em grande parte, Ribeiro respeitou o interdito em seus livros escolares, não indo além da proclamação da República, ou indo muito timidamente, mesmo assim, o novo regime não estava ausente.

Com os seus livros sobre *História do Brasil* – em especial, o dedicado ao *Curso Superior* – Ribeiro talvez tenha mesmo feito algo que Capistrano tanto queria: “quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino”. Se *Lições de História do Brasil* pode ser entendido como um livro construtor de uma história escolar tendo como eixo o Império do Brasil, talvez possamos entender os livros de Ribeiro como construtores de uma história escolar em que a República adquire o lugar de “forma política definitiva”.

Três significados para a palavra presente que demonstram a enorme complexidade que era pesquisar, escrever e ensinar história no final do século XIX e início do XX.

Referências bibliográficas:

ABREU, Capistrano. Carta ao Barão do Rio Branco, 17/04/1890. In: _____. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: MEC, 1977, vol. 1.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & Fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

KODAMA, Kaori. Uma missão para letrados e naturalistas: Como se deve escrever a história do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do ensino de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MATTOS, Selma Rinaldi. *O Brasil em lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

RIBEIRO, João. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1920, p. 21. 9ª edição

RIBEIRO, João. Discurso de posse de João Ribeiro no IHGB, em 10 de abril de 1915. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVIII – (1915), parte II, 1916.

RIBEIRO, João. *Historia do Brasil. Curso Superior*. Rio de Janeiro / São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1901.

RIBEIRO, João. *Historia do Brasil. Edição das Escolas Primárias*. Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1900.